

CONTRATO N.º 100028/2023

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 50/2023 - PROCESSO N.º 1213/2023

Pelo presente instrumento público, o Serviço Municipal de Água e Esgoto - SEMAE, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 50.853.555/0001-54, com sede na cidade de Piracicaba, estado de São Paulo, na Rua XV de Novembro, 2.200, Autarquia Municipal, criada pela Lei Municipal n.º 1.657, de 30 de abril de 1.969, doravante designado SEMAE, representado pelo seu Presidente, Artur Costa Santos, inscrito no CPF/MF sob n.º 686.215.668-34 e portador da cédula de identidade n.º W6191332 e a empresa:

LUIZI BROSSI PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA., sediada na Rua Antonio de Paulino, n.º 28, Sala 03, Água Branca, na cidade de Piracicaba, estado de SP, CEP 13.426-000, Telefone (19) 97409-4905 / (19) 99658-8534, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 46.530.750/0001-76 e Inscrição Estadual sob n.º 535.947.602-117, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. Mary Ellen Luiz Brossi, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada à Rua Carolina Sechetto Martins, n.º 312, Santa Rita, na cidade de Piracicaba/SP, portadora do R.G. sob n.º 44.261.520-6 SSPS/SP e inscrita no CNPJ/MF sob n.º 317.698.668-84,

têm entre si justo e contratado com inteira sujeição à Lei Federal n.º 10.520/02, Lei Federal n.º 8.666/93 com alterações posteriores, Lei Complementar n.º 123/2006 com alterações posteriores, Instrução Normativa n.º 04/2011 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, em razão de licitação realizada na modalidade Pregão Eletrônico sob o n.º 50/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1.A CONTRATADA obriga-se a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO ELÉTRICO POR TELEMETRIA, EM CABINAS E ENTRADAS DE FORÇA DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DO SEMAE, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, sob a forma de execução indireta, em REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, de acordo com o edital, proposta e atas de julgamento que ficam, para todos os efeitos, fazendo parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Os serviços deverão ter início na data estabelecida na Ordem de Serviço expedida pelo SEMAE e atender rigorosamente às condições e especificações descritas no Termo de Referência e ser executados conforme estabelecido no edital e seus anexos.

2.2.A Ordem de Serviço somente poderá ser expedida após a integração dos funcionários da CONTRATADA relacionados com a execução do contrato, promovido pelo Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho do SEMAE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1. O contrato terá vigência por 12 (doze) meses a contar da data estabelecida na Ordem de Serviço, acrescido do prazo para recebimento provisório e definitivo.

3.2. O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme art. 57, inc. II, da Lei Federal 8.666/93.

3.3. A eventual prorrogação de prazo será formalizada nos termos das condições prescritas na Lei Federal 8.666/93 e neste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DO CONTRATO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. O valor total do presente contrato constitui a importância de R\$ 69.225,00 (sessenta e nove mil e duzentos e vinte e cinco reais), sendo:

CONTRATO N.º 100028/2023**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 50/2023 - PROCESSO N.º 1213/2023****4.1.1.Valor de Adesão ao Sistema de Telemetria**

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	18	Adesão ao Sistema de Telemetria	R\$ 797,83	R\$ 14.361,00

4.1.2.Valor mensal do Gerenciamento dos Serviços

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
2	18	Gerenciamento Mensal (valor a ser pago mensalmente)	R\$ 254,00	R\$ 4.572,00	R\$ 54.864,00

4.2. Os recursos orçamentários relativos ao objeto da presente licitação serão atendidos pela Natureza da Despesa 339039 e Programa de Trabalho 17512002324240000 do exercício de 2023.

4.2.1. Em exercícios futuros correspondentes à vigência do contrato, a despesa com a execução dos serviços correrá a conta de dotações orçamentárias próprias para o atendimento de despesa da mesma natureza.

4.3. As despesas do presente contrato serão garantidas através do Empenho n.º 1398/2023.

4.4. No valor ajustado estão incluídos todos os tributos e demais despesas diretas e indiretas relativas à execução deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO FATURAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O faturamento deverá ser feito mensalmente através de **NOTA FISCAL ELETRÔNICA** da empresa que participou da licitação, ou seja, deve constar o mesmo CNPJ dos documentos apresentados para habilitação e deverá conter:

5.1.1. A modalidade e o número da licitação;

5.1.2. O número do Contrato;

5.1.3. O Banco, número da agência e da conta corrente da CONTRATADA;

5.2. As notas fiscais devem ser entregues até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao mês de execução dos serviços.

5.3. As faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas e seu vencimento ocorrerá até 15 (quinze) dias após a data da sua reapresentação.

5.4. O pagamento das notas fiscais, após aceitas pelo preposto do SEMAE, será efetuado na primeira sexta-feira após o 20º (vigésimo) dia da liberação do documento fiscal, por crédito em conta corrente, em nome da CONTRATADA.

5.5. Caso ocorra a necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que essas forem cumpridas.

5.6. O respectivo pagamento somente será efetuado após o efetivo cumprimento das obrigações assumidas decorrentes da contratação e após o fiel cumprimento ao artigo 55, inciso XIII da Lei Federal n.º 8.666/93.

5.7. O SEMAE efetuará a retenção na fonte do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, quando o imposto for devido, de acordo com a legislação vigente do Município de Piracicaba.

5.8. Ocorrendo atraso no pagamento, por culpa do SEMAE, o valor devido será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro que vier a substituí-lo.

CONTRATO N.º 100028/2023**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 50/2023 - PROCESSO N.º 1213/2023**

5.8.1. Calcular-se-á a atualização “pro rata temporis”, pela variação acumulada do INPC anual dos 12 (doze) meses anteriores à data do vencimento, até a data do respectivo pagamento.

5.9. Poderá o SEMAE sustar o pagamento de qualquer fatura no caso de inadimplemento da CONTRATADA relativamente à execução do contrato, recaiando sobre a mesma às penalidades previstas na Lei Federal n.º 8.666/93 e neste contrato.

5.10. Havendo retenção de pagamento por culpa da CONTRATADA, será de sua responsabilidade os eventuais ônus dela decorrentes.

5.11. É vedada a emissão de duplicata e a cessão de qualquer crédito decorrente do contrato e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterá necessariamente, a cláusula “Não a Ordem”, tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o SEMAE, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente contrato e, em hipótese alguma, o SEMAE aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, imediatamente, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA SEXTA – DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE

6.1. Os preços praticados no contrato são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, nos termos da legislação que implantou o Plano Real.

6.2. Ultrapassado o período de 12 (doze) meses da assinatura do contrato, será aplicado reajuste de preços calculado com base na variação acumulada do IPCA-E, abrangendo o período compreendido entre a data base indicada na proposta e a correspondente ao do implemento da anualidade, passando os valores corrigidos a vigorarem a partir do 13º (décimo terceiro) mês.

6.3. Os reajustes concedidos, a partir da segunda anualidade, deverão ser calculados com base na variação acumulada do IPCA-E compreendendo os últimos doze meses contados da última concessão.

6.4. Para efeitos do disposto nesta cláusula, a CONTRATADA deverá pleitear o reajuste a ser calculado pela Comissão para Análise de Reajuste e Verificação do Equilíbrio Econômico-Financeiro dos contratos firmados pelo SEMAE

CLÁUSULA SÉTIMA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1. Na hipótese de alterações econômicas fundamentais preponderantes durante a execução do contrato, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser estabelecida nos termos da legislação que trata da matéria e demais condições previstas neste contrato.

7.2. A solicitação para restabelecimento da equação econômico-financeiro do contrato deverá ser feita mediante requerimento formal acompanhado de documentos que comprovem o desequilíbrio, entregues no Protocolo do SEMAE, situado na R. XV de Novembro, nº 2.200, em Piracicaba/SP., de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos, das 08 às 16 horas.

7.3. A documentação será encaminhada e analisada pela Comissão, constituída para esse fim.

7.4. Juntamente com o requerimento, a CONTRATADA deverá apresentar, no mínimo, duas planilhas detalhadas de custos: uma do tempo do requerimento e outra da época da proposta e cópias de notas fiscais dos mesmos períodos.

7.5. A Comissão, a qualquer tempo, poderá solicitar o fornecimento de novos documentos, entretanto caberá, à CONTRATADA, o ônus de comprovar a ocorrência do rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

7.6. O SEMAE terá o prazo de sessenta (60) dias para se manifestar sobre o pedido, a contar do primeiro dia útil subsequente à entrega de toda a documentação prevista neste item e de outras eventualmente solicitadas pela Comissão devendo, a **CONTRATADA, continuar a cumprir suas**

CONTRATO N.º 100028/2023**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 50/2023 - PROCESSO N.º 1213/2023**

obrigações até que o SEMAE delibere a respeito do pedido, sob pena de aplicação das penalidades previstas para inexecução do contrato.

7.7. Na hipótese de deferimento total ou parcial do pedido, os cálculos deverão ser efetuados a partir da data do pleito no protocolo do SEMAE ou de outra devidamente justificada pela Comissão e ratificada pela autoridade superior.

CLÁUSULA OITAVA - DA ASSOCIAÇÃO, CESSÃO, TRANSFERÊNCIA E SUBCONTRATAÇÃO

8.1. É vedada à CONTRATADA a associação com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação que prejudiquem a execução deste contrato.

8.2. É vedada a subcontratação de outra empresa para a realização do serviço, objeto deste contrato, exceto para aqueles eventualmente previstos no Termo de Referência.

8.3. Eventual subcontratação somente poderá ocorrer com autorização expressa do SEMAE e não será estabelecido qualquer vínculo entre o SEMAE e a subcontratada, permanecendo a CONTRATADA responsável pelo integral cumprimento das obrigações estabelecidas neste instrumento.

8.4. A CONTRATADA deverá informar, expressa e previamente, ao SEMAE a subcontratação a ser realizada no curso da vigência deste contrato, bem como qualquer substituição de subcontratada, não sendo permitida a entrada e/ou permanência de qualquer subcontratada sem que esta tenha sido aprovada pelo SEMAE.

8.5. A CONTRATADA deverá diligenciar para a escolha de subcontratada que viabilize o cumprimento das exigências estipuladas neste contrato, devendo substituir aquela que, de qualquer forma, impeça, dificulte ou prejudique o cumprimento do objeto contratual.

8.6. A CONTRATADA se obriga a inserir, no contrato que vier a celebrar com sua eventual subcontratada, cláusula estabelecendo responsabilidade solidária em relação à execução do objeto subcontratado.

8.7. É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do SEMAE para a execução do objeto do contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA reconhece por este instrumento que é a única e exclusiva responsável por danos e prejuízos que causar ao SEMAE, coisa ou pessoa de terceiros em decorrência da execução do contrato, correndo às suas expensas, sem quaisquer ônus para o SEMAE, ressarcimento ou indenização que tais danos ou prejuízos possam causar.

9.2. A CONTRATADA deverá:

9.2.1. responsabilizar-se integralmente pela execução do contrato, nos termos do Código Civil Brasileiro e legislação vigente;

9.2.2. executar o contrato de acordo com as especificações contidas no edital e em seus anexos;

9.2.3. cumprir além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração;

9.2.4. manter em dia, durante a vigência do contrato, os documentos exigidos para participação na licitação, conforme dispõe o art. 55, inc. XIII, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

9.2.5. manter em sigilo absoluto todos e quaisquer dados, informações e documentos a que tiverem acesso em razão da execução do objeto deste contrato, devendo orientar seus empregados neste sentido, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa;

9.2.6. cumprir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

CONTRATO N.º 100028/2023

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 50/2023 - PROCESSO N.º 1213/2023

9.2.7. comunicar imediatamente qualquer irregularidade verificada no decorrer da execução dos serviços.

9.2.8. fornecer ao SEMAE, em qualquer época, informações sobre os serviços executados;

9.2.9. disponibilizar um telefone fixo ou celular a fim de possibilitar o contato imediato do SEMAE com o profissional envolvido na prestação dos serviços visando sanar eventuais dúvidas de caráter emergencial;

9.2.10. arcar com o ônus decorrente de eventuais equívocos na elaboração de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação;

9.2.11. comparecer, sempre que convocada, ao local designado pelo SEMAE, por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados aos serviços contratados;

9.2.12. substituir em até 48 horas sem quaisquer ônus ao SEMAE, os equipamentos que apresentarem problemas de funcionamento, compreendendo o acoplador óptico e/ou o próprio aparelho;

9.2.13. fornecer mensalmente relatório conclusivo das medições realizadas dos capacitores, com sugestões de melhoria, e correções necessárias ao sistema de cada unidade;

9.2.14. selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;

9.2.15. submeter ao preposto da Administração, relação nominal dos empregados em atividade nas dependências do SEMAE;

9.2.16. manter seu pessoal devidamente uniformizado;

9.2.17. responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;

9.2.18. responsabilizar-se por danos e desaparecimento de bens materiais, e avarias que venham a ser causadas por seus empregados ou preposto, a terceiros e à Administração, **desde que fique comprovada sua responsabilidade**, de acordo com o art. 70, da Lei n.º 8.666/93, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização e o acompanhamento do SEMAE;

9.2.19. responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados quando em serviço, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício da atividade objeto do contrato;

9.2.20. manter engenheiro eletricista responsável pela execução do contrato, com a missão de garantir o bom andamento do mesmo, devendo fiscalizar e ministrar as orientações necessárias aos executantes dos serviços, o qual terá a obrigação de reportar-se, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços da Administração e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;

9.2.20.1. nos termos da Súmula n.º 25 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, o vínculo profissional pode ser comprovado mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.

9.2.21. no caso de substituição ou inclusão de profissionais na equipe técnica, a CONTRATADA deverá informar antecipadamente ao gestor do contrato, ficando a critério do SEMAE aceitá-los ou não, podendo somente ocorrer a substituição por profissional de capacidade equivalente ou superior ao do substituído;

9.2.22. apresentar, em até 05 (cinco) dias úteis contados da assinatura do presente contrato, os documentos previstos nos itens 1.2. e 1.3. do Memorial de Segurança;

CONTRATO N.º 100028/2023

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 50/2023 - PROCESSO N.º 1213/2023

9.2.23.responsabilizar-se pelas despesas decorrentes de carga, transporte, descarga, hospedagem, alimentação e demais custos diretos e indiretos relacionados com o cumprimento da obrigação.

9.2.24.Cumprir todo disposto no Termo de Referência, especialmente no item 5 e seus subitens.

9.2.25.Cumprir as demais obrigações constantes no edital e seus anexos que passam a fazer parte integrante deste instrumento como se nele estivessem transcritas.

9.3.Todos os documentos exigidos durante a execução do contrato poderão ser apresentados em cópias simples, podendo o SEMAE, a qualquer tempo requerer o original para cotejo, ficando a CONTRATADA sujeita às sanções legais se verificada a ocorrência de fraude ou falsidade nos documentos apresentados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES ANTICORRUPÇÃO

10.1.A CONTRATADA obriga-se, sob as penas previstas neste instrumento e na legislação aplicável, a observar e cumprir rigorosamente todas as normas cabíveis, incluindo a Lei Brasileira Anticorrupção.

10.2.A CONTRATADA declara e garante que conduz seus negócios de forma a coibir a prática de atos lesivos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da Administração Pública, quais sejam:

10.2.1.prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

10.2.2.comproadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática de atos ilícitos previstos em lei;

10.2.3.comproadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

10.2.4.dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

10.3.No tocante a licitações e contratos, a CONTRATADA, não irá:

10.3.1.frustar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

10.3.2.impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

10.3.3.afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

10.3.4.criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar da licitação ou celebrar o contrato;

10.3.5.obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou respectivos instrumentos contratuais;

10.3.6.manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

10.4.A CONTRATADA declara, ainda, que não está envolvida e nem irá se envolver, direta ou indiretamente, por seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, durante o cumprimento das obrigações previstas neste contrato, em qualquer atividade ou prática que constitua uma infração aos termos das Leis Anticorrupção.

CONTRATO N.º 100028/2023

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 50/2023 - PROCESSO N.º 1213/2023

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO SEMAE

11.1. Para o cumprimento do objeto do presente contrato, o SEMAE obrigará-se, através da fiscalização:

11.1.1. fornecer à CONTRATADA, os elementos básicos e instruções complementares suficientes e necessárias à sua execução;

11.1.2. efetuar os pagamentos devidos em dia, de acordo com o estipulado neste contrato;

11.1.3. exercer a fiscalização do contrato, na forma prevista na Lei nº 8.666/93.

11.1.4. cumprir as demais obrigações constantes no edital e seus anexos que passam a fazer parte integrante deste instrumento como se nele estivessem transcritas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS REPRESENTANTES DAS PARTES E DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do contrato serão registradas e entregues por correspondência via e-mail ou remetida aos endereços constantes no preâmbulo deste.

12.2. Qualquer correspondência deverá constar, no mínimo, a identificação do remetente, do número deste contrato e o assunto a ser tratado.

12.3. Fica credenciado pelo SEMAE para gestão e fiscalização do contrato o servidor **Denival José Santin**, e-mail: djsantin@semaepiracicaba.sp.gov.br, telefone (19) 3432-2780 / 3422-8774 / 98412-0779, para prestar toda assistência e orientação que se fizerem necessárias e que poderão, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo estabelecido, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades cabíveis.

12.4. Caberá aos gestor e fiscal indicados pelo SEMAE, dentro de suas atribuições, o acompanhamento efetivo do cumprimento dos termos do presente contrato, em observância ao disposto no inc. III, art. 58 e art. 67, da Lei nº 8666/93.

12.5. Fica credenciado o Sr. **Ébio Martins Pinto**, portador do R.G. sob nº 20.250.356-6 SSP/SP e inscrito no CNPF/MF sob nº 101.525.636-87, e-mail luizi.servicos@gmail.com, telefone (19) 99658-8534, como representante da CONTRATADA durante a execução do presente contrato a fim de garantir o cumprimento das atividades de acordo com as diretrizes estabelecidas para sua realização, o qual responderá ainda, pelo recebimento de todos os atos e comunicações formais expedidas pelo SEMAE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

13.1. O objeto da licitação deverá ser recebido:

13.1.1. **Provisoriamente**, em até 10 (dez) dias, após constatação pelo fiscal do contrato, de que foram cumpridas as obrigações decorrentes da contratação com relação ao mês de execução do contrato, caracterizado pela assinatura do termo de recebimento; e

13.1.2. **Definitivamente**, em até 90 (noventa) dias, após o término do contrato, pelo gestor, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após a verificação de que a qualidade dos serviços realizados e conformidade do objeto estão perfeitamente de acordo com as condições contratuais e demais documentos que fizerem parte do ajuste.

13.2. Constatada irregularidade na execução do objeto contratual, o SEMAE sem prejuízo das penalidades cabíveis, deverá rejeitá-lo no todo ou em parte determinando sua correção, devendo, a CONTRATADA, fazê-la em conformidade com a indicação da fiscalização, dentro do prazo determinado na notificação por escrito, sem que isso signifique novação contratual.

13.3. O objeto do contrato somente será recebido se estiver perfeitamente de acordo com as condições contratuais e demais documentos que fizerem parte do ajuste.

CONTRATO N.º 100028/2023

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 50/2023 - PROCESSO N.º 1213/2023

13.4.A responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, solidez, correção e segurança dos serviços executados subsistirá, na forma da lei, mesmo após seu recebimento definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

14.1.A CONTRATADA oferece, a título de garantia e conforme art. 56 da Lei Federal n.º 8.666/93, a importância de R\$ 3.461,25 (três mil, quatrocentos e sessenta e um reais e vinte e cinco centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor estimado do contrato pelo período de 12 meses, sob a forma de espécie, depositado em 14/06/2023, na Caixa Econômica Federal, agência 0332, conta corrente n.º 00.000.002-1.

14.2.A garantia prestada será liberada ou restituída após o recebimento definitivo do objeto ou pela rescisão do contrato, se esta ocorrer por culpa do SEMAE, depois de verificada a inexistência de quaisquer débitos com a Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente pelo IPCA-E.

14.3.O valor da garantia deverá permanecer integral até o término da vigência do contrato.

14.4.Sempre que o valor contratual for aumentado, a CONTRATADA será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, de forma que esta corresponda sempre ao mesmo percentual estabelecido no Edital.

14.5.Desfalcada a garantia prestada, pela imposição de multas ou outro motivo de direito, a CONTRATADA deverá providenciar sua complementação em 10 (dez) dias úteis contados da notificação do SEMAE.

14.6.A não apresentação da cobertura da garantia, a não prorrogação da sua validade ou a ocorrência de qualquer outro motivo que importe em descobertura contratual, importará na retenção do respectivo valor, do pagamento da CONTRATADA, o qual será convertido em garantia contratual.

14.7.O SEMAE reserva-se no direito de descontar da garantia, toda importância que a qualquer título lhe for devida pela CONTRATADA.

14.8.O valor da garantia se reverterá em favor do SEMAE, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da CONTRATADA, sem prejuízo das perdas e danos porventura verificados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

15.1.O proponente que convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de celebrar ou de assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato, não mantiver a proposta, falhar na execução do contrato, fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e de contratar com o SEMAE, pelo prazo de até cinco (05) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

15.2.Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá aplicar, ao infrator, as demais sanções previstas no art. 87, da Lei de Licitações, além das multas previstas neste instrumento.

15.3.Será aplicada multa de:

15.3.1.20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, quando o proponente convocado deixar de assinar o contrato;

15.3.2.1% (um por cento), sobre o valor do ajuste, por dia de atraso injustificado em assinar o contrato, até o limite de 10% (dez por cento);

15.3.3.20% (vinte por cento), sobre o valor do ajuste, pela inexecução total do contrato;

15.3.4.10% (dez por cento), sobre a parte não cumprida, pela inexecução parcial do contrato;

CONTRATO N.º 100028/2023

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 50/2023 - PROCESSO N.º 1213/2023

15.3.5.0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento), sobre o valor do ajuste, por dia de atraso e pelo não atendimento aos chamados no período de garantia, até o limite de 10% (dez por cento);

15.3.5.1. na hipótese mencionada no subitem anterior, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento da obrigação, punível com as sanções previstas para inexecução do contrato.

15.3.6.1% (um por cento) sobre a fatura, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o art. 55, inc. XIII, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suspensão do pagamento até a devida regularização;

15.3.6.1.a não regularização no prazo de 90 (noventa) dias a contar da suspensão do pagamento, ensejará a aplicação de multa correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato e poderá ensejar a rescisão do contrato;

15.3.7. até 1% (um por cento) sobre o valor da fatura do mês correspondente a cada item descumprido do Memorial de Segurança e do Termo de Referência, conforme avaliação do gestor do contrato;

15.3.8. até 1% (um por cento) aplicada sobre o valor da fatura correspondente ao mês do inadimplemento, por dia de atraso na entrega de qualquer documento exigido neste contrato, com exceção daqueles estabelecidos com penalidades específicas, conforme avaliação do gestor do contrato;

15.3.9. até 10% (dez por cento) sobre o valor do ajuste, na ocorrência de qualquer tipo de inadimplência não prevista neste item.

15.4. As sanções são independentes, sendo que a aplicação de uma não exclui a das outras.

15.5. O pagamento das multas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração, podendo ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste Instrumento.

15.6. O valor da multa será descontado da garantia, quando apresentada em espécie ou dos eventuais créditos devidos pela Administração e na falta destes, cobrado administrativa ou judicialmente.

15.7. O prazo para recolhimento das multas estabelecidas neste item será de até 30 (trinta) dias a contar da data da expiração do prazo de recurso ou o seu indeferimento.

15.8. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados.

15.9. Ocorrendo atraso nos valores devidos pela CONTRATADA será corrigido utilizando-se o INPC/IBGE, considerando-se a data do vencimento da prestação até a data do efetivo pagamento, bem como, juros de 1% (um por cento) ao mês, pro rata die, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado.

15.10. No caso de aplicação das penalidades caberá apresentação de defesa prévia no prazo de cinco (05) dias úteis a contar da intimação do ato, com exceção da penalidade estabelecida no Art. 87, inciso IV da Lei Federal n.º 8.666/93, cujo prazo de defesa será de 10 (dez) dias contados da abertura de vista.

15.11. Aberto o procedimento de penalidade, o contratado será notificado através de via postal, notificação pessoal ou mediante publicação no Diário Oficial do Município de Piracicaba para apresentar defesa prévia no prazo legal.

15.12. A apreciação da defesa prévia será efetuada pelo gestor do contrato.

15.13. Da decisão proferida que aplicar penalidade ao contratado caberá recurso a ser interposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

15.14. O recurso será apreciado pelo gestor do contrato, o qual poderá reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, ao Presidente do SEMAE, que proferirá decisão final.

CONTRATO N.º 100028/2023

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 50/2023 - PROCESSO N.º 1213/2023

15.15.A decisão final será publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba e registrada no Cadastro de Fornecedores do SEMAE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

16.1.A rescisão contratual poderá ser:

16.1.1.Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII do art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93.

16.1.2.Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

16.2.A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão administrativa, com a culminação das penalidades previstas no presente contrato e na Lei Federal n.º 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1.Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Piracicaba/SP, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

17.2.A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei n.º 8.666/93, combinado com o inciso XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.

17.3.As partes estão vinculadas expressamente aos termos do edital, bem como à proposta vencedora, conforme estabelece Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

17.4.E por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e único efeito.

Piracicaba, 15 de junho de 2023

Artur Costa Santos
CONTRATADA

Mary Ellen Luiz Brossi
CONTRATADA